

RELATÓRIO DE ASSESSORIA À COMUNIDADE PARKATÊJÊ

Iara Ferraz
antropóloga
junho 1995*

Na reunião do Programa Parkatêjê havida com os representantes da CVRD no "acampamento" (como chamam) da aldeia em Mãe Maria, no último dia 21, ficou evidente que ao constrangimento pela perda recente de *Kruwa*, ocorrida a 18 de abril passado, jovem líder entre a comunidade vitimado por enfermidade letal (blastomicose), somou-se a grande decepção com a notícia de que os recursos do convênio com a CVRD alocados para este ano de 1995 estavam, agora, praticamente esgotados. E, o que era pior, eles foram extraordinariamente gastos (48,8 %) exatamente numa área cuja vulnerabilidade a que a comunidade está exposta é total: a SAÚDE.

Face ao elevado montante dispendido, acreditamos que, ao lado da necessidade de um controle médico e fiscalização institucional permanentes, seria relevante proceder a uma auditoria fiscal (do próprio Programa) relativa aos pagamentos efetuados neste setor às expensas do Programa Parkatêjê neste ano.

SAÚDE: AVALIAÇÃO INDEPENDENTE APONTA GRAVIDADE DA SITUAÇÃO

Diante dos óbitos recentemente ocorridos entre a comunidade parkatêjê, em outubro de 1994, através de uma equipe da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ/Ministério da Saúde) e observadores da Eletrobrás, solicitamos a realização de uma avaliação do quadro epidemiológico e das ações de saúde desenvolvidas na comunidade Parkatêjê, tendo sido constatada a má qualidade da assistência prestada, apesar dos recursos disponíveis (1).

(1) A Gerência do Programa Parkatêjê /CVRD deverá receber, em breve, uma cópia do referido Relatório, para conhecimento e providências.

* Relatório de viagem realizada pelo Programa Parkatêjê entre 17 e 22.06.95.

As recomendações formuladas pela equipe de avaliação incluem a elaboração de um programa preventivo de saúde com fiscalização médica e institucional permanentes, sob a ótica da saúde pública em grupo de risco, como passaram a ser considerados os Parkatêjê, dada a baixa imunidade constatada em grande parte da população e diante da sua exposição aos campos eletromagnéticos formados pela rede de transmissão de alta tensão que corta a área indígena. Este Programa Especial de Saúde - que inclui agora a URGENTE REMOÇÃO DO REBANHO BOVINO QUE SE ENCONTRA SOB A LINHA DE TRANSMISSÃO - deverá contar com recursos da ELETRONORTE, responsável pela construção e manutenção da rede, subsidiária da usina de Tucuruí.

Com os recursos do Programa, neste ano, os serviços de limpeza e cerca de novas pastagens (indispensáveis para abrigar o rebanho) foram apenas iniciados. Com a estação seca, aproxima-se agora a época do preparo para o plantio das roças, onde antigas capoeiras (ao longo da rodovia que corta a área) deverão ser aproveitadas.

Diante da exaustão dos recursos do Convênio CVRD para este ano (conforme apresentado, mas passível de verificação) (2), solicitamos à CVRD que, formalmente, manifeste o quanto antes o seu apoio a uma iniciativa da ELETRONORTE/ELETROBRÁS para a imediata implementação de um programa de saúde desta natureza, do qual a CVRD será parceira, que deverá contar com o apoio da ENSP e em cuja discussão (a ser realizada em breve) deverão participar o médico consultor do Programa Parkatêjê, Dr. João Paulo Vieira Fo. (EPM), representantes do Departamento de Saúde da FUNAI, em Brasília e demais consultores da comunidade.

GESTÃO DO PROGRAMA: NECESSIDADE DE MUDANÇAS

A nosso ver, algumas questões relativas ao desempenho do Convênio deveriam ser revistas e melhor discutidas entre os representantes da CVRD e a comunidade. Assim, por exemplo,

(2) A impressão dos membros da comitiva que se deslocou da aldeia para São Luís, com vistas a uma reunião na CVRD em maio último, não foi de que a empresa esteja em dificuldades financeiras, tal como alegado na reunião havida na aldeia.

as reivindicações dos Parkatêjê para o pagamento de um *pro labore* aos componentes das missões de vigilância e proteção ao território, motoristas e monitores de educação levantam a questão relativa ao valor do pagamento indireto (por terceirização) de uma pessoa destacada pela CVRD para "acompanhar", em Marabá, as atividades do Programa.

Tal como é executada atualmente, a gestão do Programa pela CVRD deixa a desejar, uma vez que os trâmites burocráticos afastam a comunidade do seu efetivo acompanhamento financeiro e, sobretudo, de uma discussão mais qualificada acerca dos usos dos "recursos do convênio". De pouco adianta apresentar-lhes "prestações de contas" encadernadas - do modo como a CVRD faz atualmente - às vésperas de reuniões, nem sempre sistemáticas, com os consultores e representantes da FUNAI. Sobretudo quando os recursos foram exauridos.

Nesta última ocasião, por exemplo, com uma rápida análise dos gastos efetuados verificou-se a equivocada classificação de despesas - o que denota algo passível, portanto, de manipulação. Isto sem mencionar os pagamentos efetuados por serviços em Belém (principalmente médico-hospitalares), dos quais não se obteve uma avaliação prévia nem fiscalização (a equipe de avaliação independente das ações de saúde suspeitou, por exemplo, da real necessidade de cirurgias realizadas). Em inúmeras oportunidades, o chefe Krohokrenhum solicitou vistas ao detalhamento dessas despesas, sem ter sido atendido. De outra maneira, talvez, o anúncio EM JUNHO do fim dos recursos de 1995 não tivesse ocorrido.

A partir de 1996, no entanto, uma nova experiência da administração do Programa poderá ter melhores resultados do que atualmente, com a proposta de gestão, PELA comunidade, devidamente assessorada, de pelo menos metade dos recursos disponíveis através do Convênio, repassados em parcelas a uma conta bancária em nome de pessoa jurídica (associação a ser formalmente constituída em breve).

A comunidade parkatêjê discute a gênese de vários projetos (em estudos), diante da eventual cooperação futura CVRD-ELETRONORTE, única maneira de viabilizarem alternativas a sua sobrevivência, em uma região cujo crescimento desordenado vem significando permanentes desafios.